

A TENDÊNCIA AO PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA PAISAGEM RURAL FRENTE AO MOVIMENTO NEOEXTRATIVISTA FOMENTADO PELO AGRONEGÓCIO NA TRANSIÇÃO CERRADO AMAZÔNIA EM MATO GROSSO

Matheus Santos da Silva¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise sobre o a tendência ao processo de homogeneização na paisagem rural mato-grossense na região de transição entre os biomas Amazônia e cerrado, relacionando com a pratica desenvolvia pelas mineradoras de calcário para atender a demanda da “correção” do índice de acidez dos solos que a agricultura capitalista realiza, reproduzindo a lógica neoextrativista, visando o exclusivo desenvolvimento econômico, estruturado a partir da exploração dos elementos ambientais e da força de trabalho. Mato Grosso, herdando a herança colonial brasileira, apresenta o latifúndio como estrutura agrária atrelado a monocultura das commodities, segundo dados do CONAB, foi produzido no estado 27.3% da safra brasileira, o que representa uma grande demanda do agronegócio por minérios visando alteração dos índices de acides característico do solo.

Palavras-chave: Paisagem, Homogeneização, Neoextrativismo.

Abstract

The objective of this work is to analyze the trend towards the homogenization process in the rural landscape of Mato Grosso in the transition region between the Amazon and cerrado biomes, related to the practice developed by the limestone mining companies to meet the demand for "correction" of the acidity index of the soils that the capitalist agriculture accomplishes, reproducing the neoextrativist logic, aiming at the exclusive economic development, structured from the exploration of the environmental elements and of the work force. Mato Grosso, inheriting the Brazilian colonial heritage, presents the latifundia as an agrarian structure linked to the monoculture of the commodities, according to CONAB data, 27.3% of the Brazilian crop was produced in the state, which represents a large agribusiness demand for ores aiming at changing the indices characteristic of the soil.

Keywords: Landscape, Homogenization, Neo-extractivism.

Introdução

O presente artigo analisa uma tendência ao movimento de homogeneização da paisagem rural no estado de Mato Grosso, relacionando-o como o modelo de desenvolvimento neoextrativista fomentado pela presença da agricultura capitalista. Para isto, primeiro será

¹ Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, campus Cuiabá
mssgeo@hotmail.com

necessário realizar uma caracterização histórica sobre o avanço do agronegócio e da chamada tendência ao processo de homogeneização que ocorre na paisagem rural, na transição entre os biomas Cerrado e Amazônia em Mato Grosso, posteriormente, analisou-se a relação do movimento neoextrativista fomentado pelo agronegócio e a atividade da extração de calcário no estado, sempre buscando relacionar o avanço do sistema econômico com o movimento camponês e suas formas de alternativa e, de resistência as barbáries resultantes do modo de produção capitalista.

O latifúndio atrelado a monocultura de forma extensiva, representa a matriz de uma tendência processual na paisagem, que tem como fim consequente a homogeneidade, a padronização, característica do modo de produção capitalista.

O estado de Mato Grosso possui a terceira maior extensão territorial, em relação as outras unidades da federação, sendo os estados do Amazonas e do Pará, respectivamente, maiores. Dentro da lógica do avanço e desenvolvimento do sistema econômico, Mato Grosso representou vastas áreas a serem apropriadas e inseridas de forma subordinada na nova divisão internacional do trabalho, característico do modelo de desenvolvimento neoextrativista adotado pelo Estado brasileiro, segundo (ACOSTA, 2011; GUDYNAS, 2012a; 2012b):

“A ideia de neoextrativismo corresponderia a uma reconfiguração do extrativismo, conceito cunhado para definir um conjunto de estratégias de desenvolvimento ancoradas em um grupo de setores econômicos que removem um grande volume de recursos naturais para comercialização após nenhum ou quase nenhum processamento. O conceito normalmente se refere a atividades desenvolvidas em enclaves¹ e voltadas à exportação. Apesar de o paradigma do extrativismo ser comumente aplicado à extração de recursos minerais e do petróleo, ele também pode ser associado a atividades agrárias, florestais e de pesca.”

Os ciclos econômicos do Brasil sempre estiveram ligados a exportação de produtos provenientes da extração ambiental (cana-de-açúcar, ouro, café), fato que condicionou o país, a um modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração ambiental, tornando a história dos ciclos econômicos brasileiro, a história do desflorestamento e da devastação ambiental do território compreendido como Brasil.

O agronegócio no território mato-grossense

Durante a década de 1970, o Estado brasileiro, financiado por mecanismos internacionais, realizou uma série de obras de infraestrutura no país, entre elas a BR-163 Cuiabá

- Santarém, que representou na prática o início do avanço da fronteira da agricultura sobre a região de transição entre o cerrado e a Amazônia. Na época, estava afrente do governo federal a ditadura civil-militar, que vendendo uma falsa propaganda de reforma agrária em áreas que até então, não estavam ocupadas, pela população não indígena, passaram pelo processo de avanço da dinâmica do modelo econômico capitalista.

Para povoar a região de transição entre os dois biomas com pessoas não indígenas, o Estado promoveu uma série de políticas públicas voltadas para a colonização seguindo o eixo da BR-163, inicialmente com a criação de assentamentos, que com o passar dos anos, visando apenas o desenvolvimento econômico a qualquer custo, tornaram-se municípios.

Os anos 70 representou para a economia brasileira o início do ciclo econômico das commodities, permanecendo a mesma estrutura agrária no país, o latifúndio, e o modelo de desenvolvimento adotado desde o início da colonização portuguesa na América, baseado na exploração dos elementos naturais visando única e exclusivamente o chamando desenvolvimento/avanço econômico.

Teve início uma série de políticas públicas, incentivando a chamada marcha para o oeste, onde diversas pessoas, especialmente do sul do Brasil, migraram para as novas áreas de avanço da fronteira econômica brasileira, inserindo mais áreas do país na dinâmica do sistema econômico capitalista.

Torna-se de extrema importância ressaltar que as áreas na transição cerrado Amazônia, que passaram pelo processo de colonização impulsionado pelo Estado nunca estiveram desocupadas, diversas sociedades autóctones sempre estiveram presentes na região, porém possuíam outras instituições, outras formas de mediação da vida, relações não capitalistas e por isso não interessavam a esse novo sistema econômico, o que impulsionou a retirada dessas sociedades de suas terras originárias.

O processo de avanço do sistema econômico sobre áreas que até então não somavam atributos na produção de riquezas, ocorreu e ainda ocorre de forma similar e sistemática em todo o território brasileiro. Na região de transição entre o cerrado e Amazônia, ocorreu inicialmente o desmatamento e a introdução da pecuária extensiva, posteriormente, no decorrer

do avanço do gado sobre áreas não desmatadas, a introdução das culturas das commodities, em especial a soja, o milho, o algodão e o girassol.

O processo de colonização, foi fomentado por uma promessa de melhorias sociais, sendo que na prática, o Estado brasileiro terceirizou tal processo, repetindo sua história, uma vez que a colonização da América portuguesa também ocorre de forma similar. Empresas do mercado imobiliário, contratadas pelo Estado, realizaram o processo de fundação de algumas cidades, como o exemplo do atual município de Sinop, onde a sigla que significa Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná, mesma empresa responsável por sua colonização.

Históricamente o Estado brasileiro possuiu uma relação intrínseca à agricultura capitalista, uma vez que o mesmo é utilizado para ratificá-la, historicamente, a classe política brasileira sempre esteve a serviço da elite liberal burguesa presente no país, quando não, são os representantes da mesma que estão à frente das instituições estatais. Podemos ter como exemplo a relação histórica que o ministério da agricultura brasileiro possuiu com representantes agronegócio.

Gudynas (2009) define o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. Tal modelo está em vigência na política no Brasil do século XXI uma vez que a faz parte da base econômica brasileira a exportação de produtos agrícolas poucos processados (commodities).

O Estado de Mato Grosso, o terceiro maior do país, possui aproximadamente 10% do território nacional, o que significa uma vasta quantidade de solo a disposição do avanço da fronteira agrícola, porém, naturalmente, devido as questões da dinâmicas e complexidade do ambiente, o solo predominante na região de transição entre os biomas cerrado e Amazônia, possuiu alto índice de acidez em relação ao “ideal” para a cultura das commodities, em especial a soja, sendo necessário a sua “correção”, que é feita através da aplicação de diversos elementos químicos, como nitrogênio, potássio e principalmente calcário.

Importante frisar que, a instalação da cultura das commodities em regiões onde o solo não é adequado para tal, devido a altos índices de acidez só foi possível graças a estudos realizados pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), ou seja, estudos

de uma empresa estatal forneceram conhecimento para a instalação da agricultura capitalista nos solos do país, o aparato do Estado servido a reprodução da propriedade privada.

Para atender demanda do agronegócio, diversas mineradoras se instalaram e desenvolveram suas atividades em Mato Grosso, principalmente da região da província serrana, sendo estruturada uma relação de fluxo entre o latifúndio e a extração de calcário, uma vez que o minério extraído na região é utilizado como matéria prima para a “correção” do solo.

Em contrapartida ao processo de avanço da soja iniciado nos anos 70, o movimento camponês representou e representa até os dias atuais, um grande embate visando a permanência (e resistência), frente o avanço da agricultura capitalista, Mato Grosso foi e continua sendo um espaço de inúmeras barbáries, a ponto dos latifundiários se organizarem para expulsar os pequenos produtores e a população indígena de seus territórios originários, em casos de conflitos mais acirrados.

Dando a organização dos camponeses vários sentidos, dentre eles, o de denúncia das barbaridades cometidas pelos grandes produtores, tendo momentos de grande acirramento na luta de classes que se desvendam verdadeiras chacinas, como em abril de 2017 onde segundo denúncia do Ministério Público de Mato Grosso, nove trabalhadores rurais morreram na Gelba Taquaruçu no Norte, município de Colniza localizado a 1065 KM de Cuiabá.

Segundo denúncia do órgão público, os mandantes da chacina são ligados ao ramo empresarial madeireiro e com a “ajuda” de pessoas com histórico de ligação com a polícia militar, constituíam um grupo de extermínio (verdadeiros matadores de aluguel) autointitulados de “os encapuzados”. O grupo é acusado de promover a barbárie contra pequenos produtores rurais, acusados de assassinar nove pessoas, e segundo as palavras do Ministério Público de Mato Grosso “utilizando-se de crueldade, inclusive tortura, dificultando, de qualquer forma, a defesa dos ofendidos”.

Segundo a denúncia, o crime (semelhante a barbárie) foi motivado a fim de promover o medo e o pavor, para fazer com que as famílias fossem impulsionadas a abandonar a área, e posteriormente, serem ocupadas pelos mandantes. Em tempos de acirramento da luta de classe, é possível tronar-se mais rotineiros os confrontos, uma vez que a lógica do sistema econômico é o lucro, passando por “cima” dos fatores que o impeça, sendo mais áreas apropriadas, visando

a reprodução de modo de produção capitalista. A auto-organização coletiva dos trabalhadores rurais, também possui uma forma de embate a tal processo, uma vez que a lógica da subsistência não atende em sua totalidade a demandas do sistema econômico capitalista.

Ocorre em Mato Grosso, a produção de grande parte da soja brasileira, fato que condiciona ao estado, um papel significativo no que diz respeito a manutenção do latifúndio e do capital agroindustrial no poder do Estado brasileiro, que por sua vez, possuiu um papel muito bem delimitado na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho, o de fornecedor de matéria prima para os ditos países “desenvolvidos”.

Se analisarmos a demanda regional, como a nacional, por commodities, não se justifica tal quantidade produzida, especialmente de soja, milho, algodão e girassol. Porém, quando analisado de forma crítica dentro da divisão internacional do trabalho e as demandas da globalização capitalista, passamos a observar demandas para uma produção em tamanha proporção, uma vez que, segundo dados da secretaria de comercio exterior, em 2015, 75.3% da exportação do grão de soja do Brasil possuiu a China como destino, sendo Mato Grosso responsável pela produção de aproximadamente 27.3% da safra 2015/2016 segundo o CONAB.

O agronegócio mato-grossense possuiu apenas um objetivo, o lucro do latifundiário, que ocorre a base da exploração ambiental e da força de trabalho, do extermínio dos povos originários, de conflitos (em casos mais acirrados, com violência física) contra os pequenos produtores, que são os verdadeiros responsáveis por produzirem os alimentos para a sociedade brasileira. Para além dos conflitos, o agro é sinônimo de veneno, uma vez que o mesmo utiliza de quantidades exorbitantes de agrotóxicos para combater as “pragas” nas safras, fato que gera determinado impactando ao ambiente.

Assim como no Brasil, em Mato Grosso se produz grandes riquezas, porem ela permanece restrita e apropriada pela elite liberal burguesa, a propriedade privada se sobrepõe sobre a propriedade coletiva, o aparato do Estado é utilizado como uma extensão da posse dos grandes latifundiários do país, o ambiente vivencia um intenso processo de crise e degradação, frente a tais colocações, permanece a indagação, se Mato Grosso fosse dos trabalhadores rurais e urbanos, como seria?

A tendência ao processo de homogeneização da paisagem fomentando pelo agronegócio.

A tendência ao processo de homogeneização que manifesta na paisagem rural na matogrossense na transição entre os biomas cerrado e Amazônia, possuiu relação direta com a agricultura capitalista, uma vez que a mesma representa o motriz da tendência ao processo homogeneizante.

Tal processo, representa o produto visual final do impacto paisagístico consequente a presença do latifúndio atrelado a monocultura, tal característica estrutural fundiária, possui reflexo em uma herança histórica, que o país se possui desde o período no qual o Brasil era colônia do Estado Português. A economia brasileira, com início da colonização (a partir de 1530) baseou-se na exportação de algumas culturas, a cana-de-açúcar como elemento principal, o fumo e o algodão como elementos secundários.

A estrutura fundiária brasileira desde de então tem permanecido no mesmo modelo, o latifundiário, onde grandes propriedades se concentram nas posses de uma e/ou poucas pessoas, reproduzindo a lógica da propriedade privada de forma monopolizadora. A instalação do latifúndio, ocorreu de forma intrínseca a instalação da monocultura extensiva no país.

O latifúndio, a monocultura e a escravidão configurava os moldes do sistema agrícola plantation, que visava a exportação da cana-de-açúcar, em especial, durante o século XVII. O Brasil do século XXI possui a herança desse sistema, a economia continua baseada na exportação de produtos agrícolas, poucos processados, sendo eles cultivados em grande escala (latifúndio e a monocultura).

O Estado brasileiro possui relação histórica com a agricultura capitalista, favorecendo-a de inúmeros privilégios, não por um acaso, a segunda maior bancada de deputados do congresso nacional, com 198 deputados, que são diretamente ligados a posse grandes propriedades de terra no Brasil, elemento que representa afinidade da classe política com capital agroindustrial, a chamada bancada do “boi”, é uma das mais influente na política brasileira do século XXI, sendo a elite liberal burguesa latifundiária uma das primeiras facetas da burguesia a se instalar e apropriar das riquezas no país, ainda no período colonial.

Buscamos em Milton Santos (2001) uma concepção da categoria geográfica paisagem, “o conjunto de formas, num dado momento, exprimem as heranças que representam as

sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza” a paisagem seria “ tudo aquilo que nos vemos, o que nossa visão alcança, podendo ser definida com o domínio do visível, aquilo que a vista abraça”.

A paisagem seria todo o conjunto das formas ambientais, sociais econômicas, culturais e políticas que e manifestam no campo visível, onde nela se materializa variadas relações que variam desde a escala local até a global, fato que atribui elementos caracterizadores heterogêneos, transformando assim cada paisagem em um conjunto de formas única.

A tendência ao processo de homogeneização é histórica no Brasil, uma vez que, ele pode ser compreendido como resultante final visual de um processo onde, inicialmente ocorre o desmatamento da vegetação nativa no ambiente e posteriormente a implantação da monocultura latifundiária, ou seja, é desmatado e devastada toda variedade da biodiversidade presente na flora, (que conseqüentemente influencia a territorialidade da fauna) e implantando uma só cultura em vastas áreas, homogeneizando a paisagem antes diversificada. Uma característica paisagística visualmente identificável é a padronização da plantação.



Figura 1 A homogeneização da paisagem: a cultura da soja no município de Nova Mutum - MT. Acervo pessoal de Matheus Santos da Silva, fotografado em 17/03/2016

O desmatamento ocorre enquanto uma consequência de um grave processo de avanço da fronteira agrícola sobre áreas a serem aderidas ao sistema econômico capitalista, há uma significativa perda na diversidade da flora, um empobrecimento drástico da biodiversidade, um processo que exclui a diversidade e impõe determinada padronização.

Devido aos ciclos das safras, ocorre de o solo ficar diretamente exposto por um determinado período de tempo, onde se intensificam os processos erosivos que nele ocorrem, gerando uma alta formação de dejetos que são gradativamente drenados para os cursos hídricos e potencializando o fenômeno do assoreamento dos cursos d'água.

Durante a fase de cultivo das *commodities* ocorre o intenso manejo de agrotóxicos (popularmente conhecido como veneno) que com o decorrer do tempo, vão intoxicando o lençol freático, a fauna, as pessoas, o ar e plantações vizinhas.

Existem relatos de conflitos entre camponeses e latifundiários oriundos da contaminação por agrotóxicos em pequenas propriedades, sendo o manejo do pesticida feito na grande propriedade e através da disseminação no ar, contaminando as propriedades vizinhas.

Frente a tendência paisagística rural da ordem econômica, os trabalhadores rurais possuem a agroecologia como fonte subsistência e resistência, subvertendo a o sistema econômico por meio da agroecologia, onde se produzido uma grande variedade alimentos, intrínseco a um processo de produção de alimentos orgânicos, com uma perspectiva ecológica que visa o mínimo de impactos no ambiente.

Enquanto a lógica da propriedade privada é o padrão homogêneo, os camponeses possuem a agroecologia como alternativa coletiva, sendo ela caracterizada pela extrema diversidade de alimentos plantados em uma determinada área, sem a utilização de agrotóxicos e mantendo uma relação de uso racional dos elementos ambientais.

O modelo neoextrativista e a relação de extração de calcário com o latifúndio.

Mato Grosso é um vasto território, possuindo um relevo ímpar, nele se manifestam diversas estruturas físicas, ao exemplo da Província Serrana, composta por uma sucessão de camadas sedimentares, segundo (ALMEIDA,1967):

“A província serrana está inserida em um contexto geotectônico que faz parte dos cinturões orogênicos do Ciclo Brasileiro (550 a 990 m.a.), onde se inclui o chamado Geossinclíneo Paraguai-Araguaia. Desta forma, sua origem data da fase final da consolidação da Plataforma Brasileira, quando esta passa do estágio de Paraplataforma para o de Ortoplataforma.”

A presença de material calcário é proveniente de uma gênese sedimentar orgânica de micro-organismos dos paleo-oceanos onde se encontrava a região em eras geológicas passadas, condição que proporcionou um contínuo depósito de sedimento, formando as camadas sedimentares.

A principal utilização do material calcário no estado mato-grossense é feita pelo agronegócio no processo intitulado “correção do nível de acidez dos solos” uma vez que os solos da região de transição entre o cerrado e a Amazônia apresentam elevados índices de acidez, se baseado no parâmetro do ideal para o cultivo de commodities.

O processo de “correção”, envolve outros minerais, como a aplicação de nitrogênio e potássio, sendo o calcário o principal elemento no processo. Em Mato Grosso é produzido aproximadamente 27.3% (2015/2016) da safra brasileira, o que proporciona uma grande demanda da agricultura capitalista por tais elementos, para que seja realizada a “correção” do índice de acidez do solo, sendo predominante o latossolo vermelho-amarelo na região de transição entre os biomas no estado.

Diferentemente de outros solos, como o “Terra Roxa”, o latossolo vermelho-amarelo não possuiu elementos muito propícios para a instalação da monocultura extensiva, porém, em virtude da grande disponibilidade do solo em um relevo plano, torna-se viável ao sistema econômico capitalista o desenvolvimento das atividades relacionadas ao agronegócio, produzindo as commodities, em especial a soja, milho, algodão e girassol, os quatro principais produtos produzidos em Mato Grosso.

A rede de comércio das mineradoras é intrínseca a demanda dos grandes proprietários de terra, existem mineradoras que extraem o material calcário exclusivamente para atender as demandas da agricultura capitalista, como no caso da EMALL – Empresa de Mineração Aripuanã Limitada (350 hectares liberados pelo DNPM), extraindo o calcário do tipo dolomítico desde o ano de 1973, chegando em 2017 com 30 hectares já explorados e com “determinada quantidade de recurso para explorar por mais 150 anos” segundo técnicos da empresa.

A atividade de extração do minério proporciona um impacto sobre o ambiente, visualmente, é possível observar a “cicatriz” feita na paisagem pela ação extratora, a rocha resultado de processos morfogênicos que possuem milhões de anos para acontecer, é extraída e granulada/triturada até estágio de pó, em aproximadamente dez minutos de atividade do processo produtivo das mineradoras.

A inserção do material extraído no mercado, não possuiu uma rede produtiva diversificada, uma vez que, após estado de granulação, o material calcário é diretamente aplicado no solo, efetuando a “correção” para o cultivo de commodities.

O modelo neoextrativista representa um importante pilar de sustentação da ordem capitalista vigente no país, um desenvolvimento econômico baseado na exportação de materiais pouco processados e na exploração da força de trabalho, inserida de forma subordinada na divisão internacional do trabalho.

Considerações Finais

A história da economia brasileira é intrínseca a história do desflorestamento e devastação ambiental no país, o Estado brasileiro adotou um modelo de desenvolvimento que busca exclusivamente o avanço econômico a base da exploração socioambiental, atrelado ao latifúndio e a monocultura extensiva, tal modelo tornou-se a motriz de uma tendência ao processo de homogeneização da paisagem rural na região de transição entre os biomas cerrado e Amazônia.

Com a realização deste estudo, foi possível analisar e refletir sobre como processo de homogeneização da paisagem rural é prejudicial para a biodiversidade dos biomas, uniformizando toda uma área onde que possuía uma vasta biodiversidade.

A interferência padronizadora na paisagística é visível, uma consequência do modelo neoextrativista de desenvolvimento econômico, a homogeneização/padronização, é uma característica estruturante do modo de produção capitalista, que não se resume apenas na paisagem, mais também nas relações sócias, na reprodução da vida.

Existem diversos relatos de camponeses e trabalhos científicos que comprovam a contaminação por agrotóxicos no ambiente hídrico, no ar e a intoxicação de pessoas, especialmente mulheres em fase de amamentação e/ou gestação, onde há relações com a má formação dos fetos.

O Estado reproduz um forte discurso ideológico que o agronegócio traz o progresso e o desenvolvimento para Mato Grosso e para o Brasil, sendo na prática, um desenvolvimento apenas voltado para o viés econômico, que favorece exclusivamente a classe dos grandes proprietários rurais, onde os mesmos se apropriaram de cargos de poder no Estado para garantir seus privilégios enquanto os camponeses vivem em condições precárias de vida, sem a garantia de seus direitos garantido por lei, conseguidos a base de muita luta e resistência.

Referencias

ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. In: Más allá del desarrollo. Quito: AbyaYala, Fundación Rosa Luxemburg, 2011.

ALMEIDA, F.F.M. de - Origem e Evolução da Plataforma Brasileira - DNPM - Depto. Geologia e Mineralogia, n~ 241 - Rio de Janeiro, 1967.

BACKES, Thaianie Regina. Da homogeneização da paisagem à reprodução ampliada do capital: uma análise da expansão da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul. Uberlândia, Caminhos da geografia, jun. 2008.

Denúncia do massacre de Colniza, disponível em <<https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/mp-denuncia-cinco-por-chacina-que-matou-nove-trabalhadores-rurais-em-colniza-mt.ghtml>> , acesso 30/09/2017 às 21:26.

COSTA, Francisco de Assis. Elementos para uma economia política na Amazônia. Belém: NAEA, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. INCRA – disponível em http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf acessado em 28/07/2016.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. Extractivismo, política y sociedad. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.

IBGE, biblioteca virtual – disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/sinop.pdf> acessado em 27/07/2016.



GEOGRAFIA DAS REDES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida

CURITIBA, 1 A 5 DE NOVEMBRO DE 2017

LOPES, Jecson Girão. As especificidade de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geografia: Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 16, n. 2, maio/ ago. 2012.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308p.